

PINGA-FOGO

■ **BUSCANDO UMA SOLUÇÃO** - O Secretário Nacional de Relações Parlamentares do Planalto, André Ceciliano, passa a semana conversando com os governadores sobre o embaite da derrubada dos vetos presidenciais no Propag. O governador do Rio decola nesta terça (20), para Brasília, onde conversa com Ceciliano.

■ **DERRUBADA DO VETO** - O presidente do Senado Davi Alcolumbre convocou uma sessão do Congresso Nacional para o dia 27 de maio. Será a primeira sessão deliberativa do Congresso em 2025. Ela será dedicada à análise de vetos presidenciais que aguardam decisão dos parlamentares.

■ **Ainda nesta sessão, será apreciado o veto parcial à lei que trata do Programa de Pleno Pagamento de Dívida dos Estados (Propag – Lei Complementar 212, de 2025).** Ele atinge 30 dispositivos da lei, que se originou de um projeto (PLP 121/2024) de iniciativa do ex-presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), aprovado em dezembro de 2024.

■ **CHANCES DE DERRUBADA** - O veto parcial colocou Lula em pé de guerra não só com governadores dos principais estados que precisam do Propag (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais), mas com a grande maioria dos senadores e deputados.

■ **O secretário André Ceciliano, como ex-presidente da Alerj, conhece a importância do Propag para os estados que precisam de fôlego para suas dívidas, especialmente o Rio de Janeiro. “Agora é hora da bancada federal e dos senadores do estado do Rio se unirem. O nosso barco precisa de navegabilidades, independente do comandante que será eleito em 26”.**

■ **AO PÉ DO OUVIDO** - O governador Cláudio Castro terá também nesta terça (20) um encontro com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Uma conversa ao pé de ouvido entre amigos, aliando uma solução para a votação do Congresso Nacional sobre o Propag. Em tempo: a vice-presidência do Congresso Nacional é ocupada pelo deputado fluminense Altineu Cortês, cargo que ocupa por ser vice-presidente da Câmara dos Deputados.

■ **NOME RESPEITADO** - Até o fechamento da coluna, o nome de Philippe Campello, atual Superintendente da Vice Governadoria, era o escolhido para assumir a presidência da CEDAE. Como ex-presidente do Inea, Campello trabalhou em conjunto com a Companhia de Águas, que agora vai presidir.

■ Ele começou como estagiário na TurisRio e, anos depois, chegou à presidência da Empresa Estadual de Turismo. Teve também destaque na segunda gestão do prefeito Eduardo Paes, na Secretaria Municipal de Turismo.

■ **Phil, como Campello é chamado pelos amigos, é um gestor eficiente e vai encontrar uma CEDAE organizada. A gestão de Aguinaldo Ballon tem sido excelente e, além de arrumar a empresa financeiramente, está elaborando um planejamento estratégico para os próximos anos.**

■ Como presidente do Inea, Campello manteve seus hábitos simples e se recusava a andar de viatura blindada. Ele adora trilhas e tem a autoria de um livro dedicado a parques naturais.

■ **CASA NOVA** - O prefeito de Campos, Wladimir Garotinho, tem conversado muito com o secretário Washington Reis. Não será surpresa se as portas do MDB ficarem escancaradas para ele.

■ **SAIDO MDB** - A ida de Thiago Pampolha para o TCE encerrará a sua vida partidária. Como conselheiro de contas, encerra os seus vínculos partidários. O MDB perde um grande quadro e Mr King reinará sozinho na legenda.

■ **PRESIDENCIAL** - **Aprovado conselheiro do TCE, Thiago Pampolha terá de ser bem tratado pelos candidatos ao governo em 2026. Ele, pelo rodízio de cadeiras, presidirá o Tribunal de Contas do Estado em 2027, primeiro ano da gestão do governador que será eleito no próximo ano. Aliás, a vaga que ocupará é do ex-presidente do TCE.**

■ **MENUDOS** - O TCE e o TCM passam a ter uma coisa em comum. A corte de contas do Município do Rio tinha a menor média de idade. Com a chegada de Thiago Pampolha, será o TCE o detentor do título de jovialidade; até por que, há aposentadorias não compulsórias em vista.



# MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

TJRJ e MPRJ debatem segurança jurídica na FGV

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Couto de Castro, participou, na manhã desta segunda-feira (19), da abertura do seminário “Segurança jurídica e atuação do Ministério Público no STJ”, no Centro Cultural da Fundação Getúlio Vargas, no Rio. Realizado em parceria com a FGV Justiça e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), o evento teve por objetivo discutir e analisar a atuação do MPRJ perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), com ênfase nas questões criminais e cíveis – além de proporcionar um espaço de reflexão e debate sobre a importância da segurança jurídica como fundamento essencial para a estabilidade e previsibilidade das decisões judiciais.

“A importância de eventos como esse é estabelecer um debate mais amplo. O debate entre Ministério Público e magistratura se faz através do processo, mas aqui estamos saindo do processo para um debate abstrato, onde podemos analisar adequadamente como foram julgados nos Tribunais Superiores, a adequação desses julgados, as consequências desses julgados, como está a atuação do Ministério Público, se a atuação se coloca correta, se não coloca, a intensidade da atuação, a repercussão no plano social. Quanto mais uniforme e integração, mais forte as instituições se colocam. Quanto maior o debate, maior a segurança para a sociedade. Eu parabeno o Ministério Público do Rio de Janeiro, através do procurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Antonio José Campos Moreira, pela oportunidade do evento. O Estado do Rio de Janeiro precisa debater para encontrar soluções, principalmente no âmbito penal. Aproveito a oportunidade para um convite para reuniões tecendo entendimentos uniformes para efeito de atuação”, enfatizou o desembargador Ricardo Couto de Castro.

Também participaram da mesa de abertura o ministro Antonio Saldanha Palheiro, do STJ e coordenador acadêmico da FGV Justiça; o

ministro Messod Azulay Neto, do STJ e coordenador acadêmico da FGV Justiça; o ministro Marco Aurélio Bellizze, do STJ e coordenador acadêmico da FGV Conhecimento; o desembargador Elton Leme, do TJRJ e coordenador adjunto da FGV Justiça; e o procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Antonio José Campos Moreira.

O procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Antonio José Campos Moreira, lembrou que criou, tão logo assumiu o cargo, a Subprocuradoria-Geral de Justiça de Recursos Constitucionais a fim de resgatar a necessidade de, como operadores jurídicos, contribuir firmemente para a segurança jurídica no país.

“Provavelmente todos irão sair desse evento com uma visão muito mais segura do que é um recurso constitucional, um recurso especial, um recurso extraordinário, recursos que não são nem segunda nem terceira apelação. Recursos que não se destinam ao reexame de questão de fato, ou reexame da prova. Recursos voltados não para a tutela do Direito subjetivo das partes, mas para a proteção do ordenamento jurídico a partir da Constituição”, enfatizou.

O Procurador-geral de Justiça foi o mediador do primeiro painel do seminário, que teve como tema “Aspectos criminais da atuação do Ministério Público no STJ”, que contou com a participação dos ministros Antonio Saldanha Palheiro e Rogério Schietti Cruz, do STJ, e da desembargadora Maria Angélica Guerra Guedes, 2ª vice-presidente do TJRJ.

Complementando a programação, o desembargador Heleno Ribeiro Pereira Nunes, 3º vice-presidente do TJRJ, foi o moderador do painel “Aspectos cíveis da atuação do Ministério Público no STJ”, do qual participaram os ministros Paulo Sergio Domingues e João Otávio de Noronha, do STJ, e a subprocuradora-geral de Justiça de Recursos Constitucionais do MPRJ, Inês da Matta Andreiuolo.



O procurador-geral de Justiça do Rio, Antônio José Campos Moreira, cumprimenta o presidente do TJRJ, Ricardo Couto



O ministro Marco Aurélio Bellizze e a desembargadora Maria Angélica Guedes



O procurador Rixardo Ribeiro (e) e o desembargador Elton Leme (d) marcam presença no seminário



O presidente do TCE, Márcio Pacheco, em conversa com o procurador Marfan Martins



Da esquerda para a direita: o ministro do STJ Antonio Saldanha Palheiro, a juíza Eunice Haddad (presidente da Amaerj), o ministro do STJ Marco Aurélio Bellizze, a juíza federal Debora Valle de Brito (representante da Ajufe), o ministro do STJ Benedito Gonçalves (diretor-geral da Enfam), o ministro do STJ Messod Azulay Neto, o desembargador Leonardo da Silveira Pacheco (vice-presidente do TRT1), o desembargador Ricardo Couto de Castro (presidente do TJRJ), a sra. Juliana Borello (representante da FGV), o desembargador federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (presidente do TRF2), o desembargador Cláudio Luis Braga Dell’Orto (diretor-geral da Emerj e o juiz federal Ilan Presser (secretário-geral da Enfam).

TJRJ sedia cerimônia do início da aplicação do Enam

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Couto de Castro recebeu, no domingo (18 de maio), o diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrado (Enfam), ministro do Superior Tribunal de Justiça Benedito Gonçalves, que acompanhou daqui o início da aplicação do Exame Nacional da Magistratura (Enam). A habilitação é obrigatória para os bacharéis em Direito que tenham interesse em participar de concursos para a magistratura promovidos pelos tribunais regionais federais, do trabalho, militares, dos estados e do Distrito Federal e territórios.



O ministro do STJ Benedito Gonçalves (e) com o presidente do TJRJ, Ricardo Couto (d).

“A uniformização nacional da qualidade técnica, a valorização da vocação para o exercício da jurisdição e, acima de tudo, a democratização do acesso à justiça com diversidade e representatividade”, destacou o ministro ao falar da importância do Enam.

Também participaram da cerimônia que marcou o início da aplicação do exame os ministros do STJ Antonio Saldanha Palheiro, Marco Aurélio Bellizze e Messod Azulay Neto; o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho; o 1º vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, desembargador Leonardo da Silveira Pacheco; o diretor-geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Cláudio Luis Braga Dell’Orto; e a presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, juíza Eunice Bitencourt Haddad, entre outras autoridades.

OAB-RJ leva demandas da advocacia ao TRF-2

A presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, participou, na última sexta-feira (16), de uma reunião com o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), desembargador federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, para tratar de demandas da advocacia e parceria entre as duas instituições.

“Tivemos uma excelente reunião com o presidente do TRF2. Combinamos a produção de uma cartilha conjunta entre a OAB-RJ e o tribunal, que vai orientar os advogados sobre algumas ferramentas usadas nos processos administrativos federais. Vamos fazer reuniões para levantarmos as informações e prepararmos o material”, afirmou Basilio.

Outro ponto abordado durante o encontro foi o retorno de unidades da Justiça Federal à Zona Oeste do Rio, especialmente nas regiões de Campo Grande e Santa Cruz. A demanda atende tanto à advocacia quanto à população local, sobretudo em ações previdenciárias.



Ana Teresa Basília, presidente da OAB-RJ, com o desembargador federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, presidente do TRF-2